UN80 e igualdade de gênero: posicionamentos dos Estados-Membros sobre a reforma da ONU Mulheres

UN80 e igualdad de género: posiciones de los Estados Miembros sobre la reforma de ONU Mujeres

UN80 and Gender Equality: Member States' Positions on the Reform of UN Women

Maria Teresa Rossetti Massari,
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo analisa as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres, realizada em setembro de 2026, com foco no debate sobre a iniciativa UN80 e a possível reforma da organização. A partir das manifestações apresentadas no evento, buscou-se identificar os principais posicionamentos dos Estados-Membros, com especial atenção ao debate sobre a proposta de fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA, à preservação dos mandatos institucionais e à capacidade de atuação nos países. A análise permitiu evidenciar as diferentes perspectivas e prioridades mobilizadas pelos Estados diante do processo de reforma e compreender as convergências e divergências que atravessam o debate multilateral sobre a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero; Direitos das Mulheres; Organizações Internacionais; Cooperação Internacional.

Resumen: *El artículo analiza las declaraciones de los países durante la segunda sesión ordinaria de 2026 de la Junta Ejecutiva de ONU Mujeres, celebrada en septiembre de 2026, con énfasis en el debate sobre la Iniciativa UN80 y la posible reforma de la organización. A partir de las declaraciones presentadas durante el evento, se buscó identificar las principales posiciones de los Estados Miembros, con especial atención al debate sobre la propuesta de fusión entre ONU Mujeres y UNFPA, la preservación de los mandatos institucionales y la capacidad de actuación en los países. El análisis permitió evidenciar las diferentes perspectivas y prioridades planteadas por los Estados-miembros ante el proceso de reforma y comprender las convergencias y divergencias que atraviesan el debate multilateral sobre la igualdad de género.*

Palabras clave: *Igualdad de Género; Derechos de las Mujeres; Organizaciones Internacionales; Cooperación Internacional.*

Abstract: *The article analyzes country statements delivered during the second regular session of the 2026 Executive Board of UN Women, held in September 2026, with a focus on the debate surrounding the UN80 Initiative and the possible reform of the organization. Based on the statements presented at the event, this paper sought to identify the main positions of Member States, with particular attention to the proposed merger between UN Women and UNFPA, the preservation of institutional mandates, and the capacity to operate at the country level. The analysis highlighted the different perspectives and priorities articulated by Member-States*

regarding the reform process and identified the convergences and divergences that shape the multilateral debate on gender equality.

Keywords: *Gender Equality; Women's Rights; International Organizations; International Cooperation.*

Introdução

A igualdade de gênero ocupa lugar central na agenda internacional de direitos humanos, desenvolvimento e saúde global. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais que afetam mulheres e meninas em diferentes contextos, expressando-se no acesso a direitos, serviços de saúde, educação, proteção social, autonomia econômica e participação nos espaços de poder e tomada de decisão. Nesse contexto, a cooperação multilateral constitui um importante espaço de negociação de compromissos e de definição das prioridades que orientam a agenda internacional para a igualdade de gênero.

É nesse cenário que se insere a ONU Mulheres — agência das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, cujo Conselho Executivo (*Executive Board*) se constitui como espaço de governança e diálogo entre os Estados-Membros. Em 9 de setembro de 2026, teve início, na sede das Nações Unidas, em Nova York, a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres, realizada nos dias 9 e 10 de setembro. A sessão reuniu representantes dos Estados para discutir, entre outros temas, a participação da agência na iniciativa UN80, questões relacionadas à governança institucional e o financiamento do Plano Estratégico da organização.

Para além de sua dimensão institucional, reuniões dessa natureza constituem espaços privilegiados de diplomacia multilateral, nos quais diferentes governos apresentam suas perspectivas, prioridades e compromissos em torno da agenda global de gênero. As manifestações dos países permitem observar como questões relacionadas aos direitos das mulheres e meninas são formuladas no âmbito internacional, quais temas recebem maior centralidade e como diferentes concepções políticas, econômicas e sociais são mobilizadas na construção de consensos e na expressão de divergências.

Síntese geral das manifestações

A análise das manifestações dos Estados-Membros evidencia ampla convergência quanto à necessidade de fortalecer a atuação multilateral em favor da igualdade de gênero, dos direitos das mulheres e meninas e de sua participação nos processos de desenvolvimento, paz e tomada de decisão. Em um contexto marcado por conflitos, crises humanitárias, mudanças climáticas, instabilidade econômica, redução do espaço cívico e persistência de desigualdades estruturais, diferentes países ressaltaram a importância de preservar a capacidade da ONU Mulheres de atuar nos territórios, fortalecer sistemas nacionais, apoiar organizações e movimentos de mulheres e responder às necessidades de populações em situações de maior vulnerabilidade. Também houve convergência quanto à importância de recursos previsíveis, flexíveis e sustentáveis para que a organização possa cumprir seu mandato, especialmente em contextos de crise e em regiões com menor disponibilidade de recursos.

No âmbito da iniciativa UN80, predominou o reconhecimento de que reformas são necessárias para ampliar a eficiência, a coerência, a coordenação e a efetividade do sistema das

Nações Unidas, especialmente por meio de maior integração da atuação nos países, serviços compartilhados, interoperabilidade, planejamento conjunto e racionalização de funções administrativas. Entretanto, essa convergência em torno da reforma não se estendeu à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA. A maioria das manifestações analisadas expressou reservas ou ausência de apoio à fusão na forma apresentada, argumentando que ainda não foram demonstrados de maneira suficiente seus benefícios, ganhos de eficiência e impactos positivos sobre mulheres e meninas diante dos riscos potenciais para os mandatos, a expertise, a capacidade operacional e a continuidade dos serviços. Canadá, México, Espanha, Países Baixos, Nova Zelândia, Reino Unido, República da Coreia e o grupo de países que apresentou declaração conjunta estiveram entre os que defenderam maior cautela ou declararam não poder apoiar a fusão nas condições então apresentadas.

As principais divergências concentraram-se, portanto, no grau de abertura a uma mudança estrutural mais profunda e nas condições para sua eventual adoção. França e Alemanha apresentaram posições relativamente mais abertas à possibilidade de integração, embora condicionadas à preservação dos mandatos e à análise de evidências, custos e implicações. A Alemanha considerou que formas mais profundas de integração, inclusive uma eventual fusão, deveriam permanecer entre as possibilidades em análise, enquanto a França defendeu a avaliação rigorosa dos diferentes cenários, paralelamente à adoção imediata de medidas de aproximação e sinergia entre as organizações. Em posição distinta, a Federação Russa considerou insuficientes as informações disponíveis para apoiar qualquer das alternativas e defendeu que questões relativas a mandato, financiamento, governança e estrutura fossem previamente esclarecidas em processo intergovernamental. Ruanda, por sua vez, propôs explorar alternativas de colaboração e chegou a considerar mecanismos de governança compartilhada, como um eventual Conselho Executivo comum, desde que preservados os mandatos distintos e as responsabilidades específicas das organizações.

Outro eixo recorrente foi a defesa de que qualquer reforma deve ser avaliada por seus efeitos concretos nos países, e não apenas por ganhos administrativos ou alterações na arquitetura institucional. Essa perspectiva esteve particularmente presente nas manifestações de Estados africanos, dos pequenos Estados insulares do Pacífico, de Fiji, Ruanda, Ucrânia e de diversos países europeus. Foram enfatizadas a necessidade de participação dos países beneficiários nas decisões, a preservação da capacidade técnica e programática em contextos específicos, a continuidade dos serviços e o fortalecimento da implementação local. Os Estados africanos destacaram ainda os efeitos das crises humanitárias, dos conflitos e das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas, enquanto os países do Pacífico ressaltaram as especificidades dos pequenos Estados insulares e a necessidade de que ganhos de eficiência sejam reinvestidos na atuação nos países. A Ucrânia, por sua vez, enfatizou os impactos da guerra sobre mulheres e meninas e a necessidade de preservar a capacidade de resposta da ONU em contextos de conflito e reconstrução.

De modo geral, as manifestações revelam, portanto, um campo de convergência em torno do fortalecimento da igualdade de gênero, da manutenção da capacidade normativa e operacional da ONU Mulheres, da necessidade de maior eficiência e coordenação no sistema das Nações Unidas e da importância de decisões baseadas em evidências e conduzidas pelos Estados-Membros. As divergências concentram-se principalmente na extensão das mudanças institucionais consideradas desejáveis e no grau de confiança depositado na proposta de fusão com o UNFPA. Enquanto alguns países permanecem abertos à possibilidade de uma integração

estrutural futura, a maior parte das posições analisadas privilegia, neste momento, alternativas de maior coordenação, programação conjunta, interoperabilidade, serviços compartilhados e governança articulada, mantendo separados os mandatos e as capacidades específicas das duas organizações. Nesse sentido, a reforma aparece nas manifestações menos como um objetivo em si e mais como um instrumento cuja legitimidade depende de sua capacidade de produzir melhores resultados para mulheres e meninas, especialmente as mais vulneráveis.

Considerações finais

O debate sobre a reforma da ONU Mulheres ultrapassa uma discussão estritamente administrativa ou de racionalização institucional. Embora exista ampla convergência entre os Estados-Membros quanto à necessidade de maior eficiência, coerência e coordenação do sistema das Nações Unidas, persistem diferenças relevantes sobre os caminhos para alcançar esses objetivos.

A proposta de fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA constitui, nesse sentido, o principal ponto de tensão, uma vez que parte significativa dos países considera insuficientes as evidências disponíveis para demonstrar que seus benefícios superariam os riscos, enquanto outros defendem que alternativas de integração mais profunda permaneçam em análise. As manifestações também revelam uma preocupação recorrente com a preservação dos mandatos específicos, da expertise técnica, da capacidade de atuação nos países e dos mecanismos de governança e responsabilização.

Mais do que uma oposição entre reforma e manutenção do status quo, observa-se uma disputa sobre quais dimensões devem orientar a reforma e como seus resultados devem ser avaliados. Nesse contexto, a efetividade não pode ser reduzida à eficiência administrativa ou à economia de recursos, devendo ser aferida também pela capacidade de proteger direitos, sustentar a agenda normativa de igualdade de gênero e produzir resultados concretos para mulheres e meninas, especialmente em contextos de crise e maior vulnerabilidade.

As manifestações analisadas indicam, portanto, que a reforma da arquitetura institucional da ONU é também um processo político, no qual diferentes Estados-membros mobilizam concepções distintas sobre prioridades, mandatos, financiamento e *accountability*. Sob a perspectiva da Saúde Global e da Diplomacia da Saúde, esse debate evidencia como mudanças institucionais são negociadas em meio a disputas sobre poder, recursos e legitimidade e como a configuração das organizações multilaterais pode influenciar a capacidade de resposta internacional às desigualdades de gênero.

***

Manifestações e posicionamentos dos Estados-Membros

A leitura das falas dos Estados-membros constitui uma oportunidade para analisar não apenas os compromissos formalmente assumidos, mas também as prioridades, os argumentos e as diferentes narrativas mobilizadas pelos Estados em um espaço de negociação multilateral. Nesse contexto, foram sistematizadas e sintetizadas as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres. A análise buscou destacar os temas centrais abordados nas intervenções, os compromissos reafirmados e as diferentes posições expressas pelos Estados diante dos desafios contemporâneos para a igualdade de gênero, permitindo uma leitura comparativa das narrativas e prioridades que atravessam a agenda internacional.

- **Estados Africanos — declaração conjunta**

Em sua manifestação conjunta, apresentada por Uganda em nome dos Estados africanos membros do Conselho Executivo, os países reafirmaram o compromisso com a igualdade de gênero, o empoderamento e os direitos das mulheres e meninas, enfatizando, contudo, a necessidade de que os compromissos internacionais sejam traduzidos em implementação efetiva, fortalecimento institucional, financiamento adequado e resultados concretos. A declaração destacou os impactos desproporcionais das crises humanitárias, dos conflitos e das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas, defendendo a atuação da ONU Mulheres na prevenção, resiliência, recuperação e articulação entre as agendas humanitária, de desenvolvimento e de paz.

Os Estados africanos também apoiaram o Plano Estratégico 2026–2029, ressaltando que sua implementação deve ser orientada pelas prioridades nacionais e contribuir para o fortalecimento dos sistemas e instituições dos países. No debate sobre a reforma do sistema das Nações Unidas, manifestaram apoio a uma maior eficiência e coerência, mas defenderam que qualquer eventual fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA seja baseada em evidências e conduzida pelos Estados-Membros, considerando seus efeitos sobre a capacidade de resposta nos países, a expertise técnica, a responsabilização e os recursos destinados às mulheres e meninas. A declaração reforçou, ainda, a importância de recursos flexíveis, previsíveis e sustentáveis para que a igualdade de gênero permaneça como prioridade da agenda multilateral.

- **Canadá**

O Canadá reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato normativo e de coordenação, destacando a igualdade de gênero e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como prioridades fundamentais de sua política internacional. No contexto da iniciativa UN80 e das discussões sobre a reforma do sistema das Nações Unidas, o país defendeu reformas baseadas em evidências, capazes de ampliar a eficiência, a coerência, a responsabilização e os resultados, sem comprometer os mandatos e as capacidades das organizações.

Diante da proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, o Canadá declarou não estar, naquele momento, em condições de apoiá-la, argumentando que as decisões deveriam considerar cuidadosamente riscos, benefícios, continuidade operacional e capacidade de resposta às mulheres e meninas. O país manifestou, contudo, disposição para trabalhar na construção de alternativas que promovam maior coerência e eficiência no sistema das Nações Unidas, preservando os mandatos das agências e minimizando riscos e impactos negativos.

- **Bulgária**

A Bulgária reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato triplo, destacando a importância da organização para traduzir compromissos globais em ações nacionais, fortalecer a coordenação no sistema das Nações Unidas e apoiar organizações lideradas por mulheres e da sociedade civil. A manifestação reconheceu avanços na promoção da igualdade de gênero, mas chamou atenção para um cenário internacional marcado por conflitos, incertezas econômicas, crises relacionadas ao clima e pressões sobre o sistema multilateral, além do retrocesso nos direitos das mulheres e da redução do espaço e dos recursos disponíveis para organizações de mulheres. O país também destacou a participação significativa de mulheres jovens e o uso responsável da tecnologia como elementos importantes para o avanço da igualdade de gênero.

No contexto da iniciativa UN80, a Bulgária defendeu reformas capazes de ampliar a efetividade e a coerência da arquitetura das Nações Unidas para a igualdade de gênero, reconhecendo as análises sobre uma possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, mas ressaltando que qualquer novo arranjo deve preservar integralmente o mandato específico e a função normativa da organização. Por fim, enfatizou a importância de financiamento previsível e flexível, especialmente para garantir a atuação da organização em contextos humanitários e de crise.

- **Espanha — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, em nome de Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Japão, Países Baixos, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Montenegro, Nova Zelândia, Noruega, República da Coreia, Espanha, Suécia, Suíça, Türkiye, Reino Unido e União Europeia, na condição de doadora, os países reafirmaram seu apoio à iniciativa UN80 e defenderam uma reforma do sistema das Nações Unidas orientada por maior coerência, complementaridade e impacto, em consonância com as prioridades dos países e com os mandatos e funções normativas acordados pelos Estados-Membros. Destacaram a importância de informações oportunas, robustas e baseadas em evidências, bem como de processos inclusivos e transparentes para a participação dos Estados nas discussões sobre a reforma.

Em relação à ONU Mulheres e ao UNFPA, manifestaram apoio à busca por maior cooperação, alinhamento e eficiência institucional e operacional, mas ressaltaram que a preservação e a plena implementação dos mandatos distintos de ambas as organizações devem constituir um princípio orientador de qualquer reforma. A declaração enfatizou que as mudanças devem ser avaliadas não apenas por critérios de eficiência, mas também por seus efeitos concretos sobre mulheres, meninas, jovens e populações em situação de vulnerabilidade, especialmente diante do contexto de crescente resistência à igualdade de gênero, ao empoderamento das mulheres e à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Os países declararam-se abertos a alternativas que apresentem evidências de valor agregado, viabilidade, custo-efetividade e impacto positivo na implementação, desde que os mandatos e as funções normativas essenciais sejam preservados.

- **República da Moldávia**

A República da Moldávia reafirmou seu apoio ao mandato e à atuação da ONU Mulheres, destacando os resultados da cooperação com o escritório da organização no país para o fortalecimento do marco legal e institucional, a ampliação da participação política das mulheres, o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção do empoderamento econômico. Entre os avanços apresentados, destacaram a adoção de uma cota de 40% de gênero, associada à ampliação da representação feminina no Parlamento, além de iniciativas de formação e desenvolvimento de lideranças que alcançaram mais de 2.500 mulheres, incluindo mulheres ciganas e mulheres com deficiência. O enfrentamento da violência contra as mulheres permanece como prioridade, com a implementação da Convenção de Istambul, a criação de uma agência nacional específica e reformas legislativas relacionadas à violência digital, casamento forçado e feminicídio, além da expansão de serviços centrados nas sobreviventes de violência sexual.

A manifestação também ressaltou iniciativas de empoderamento econômico que beneficiaram mais de 10 mil mulheres e a adesão de empresas aos Princípios de Empoderamento das Mulheres. No âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, a Moldávia

destacou a contribuição da ONU Mulheres para a resposta humanitária decorrente da invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, incluindo o apoio a organizações de mulheres, refugiadas e comunidades anfitriãs. Apesar dos avanços, o país reconheceu a permanência de desafios relacionados aos estereótipos de gênero, desigualdades econômicas e ameaças no ambiente digital, reafirmando a importância de políticas efetivas, programas direcionados e cooperação internacional.

- **República da Coréia**

A República da Coreia apresentou uma posição favorável à análise de alternativas à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, defendendo que opções como maior coordenação, ações conjuntas e interoperabilidade entre as organizações sejam consideradas de forma efetiva. Segundo a manifestação, essas alternativas podem ampliar os resultados nos países, preservando os mandatos distintos das duas entidades e, simultaneamente, reduzindo custos, riscos e tempo de implementação.

O país ressaltou que o processo de reforma deve permanecer conduzido pelos Estados-Membros e fundamentado em evidências, com decisões devidamente avaliadas e orçadas e tomadas de forma gradual, a partir dos acordos já estabelecidos. A Coreia também enfatizou a necessidade de garantir a continuidade da atuação da agência, incluindo o apoio às organizações de defesa dos direitos das mulheres, a transversalização de gênero no sistema das Nações Unidas e a preservação dos recursos flexíveis e essenciais para o cumprimento de seu mandato.

- **Ucrânia**

A Ucrânia manifestou apoio à agenda de reforma do Secretário-Geral e aos objetivos da iniciativa UN80, reconhecendo a necessidade de aumentar a eficiência do sistema das Nações Unidas, evitar duplicidades e utilizar seus recursos de forma mais efetiva. Ao mesmo tempo, ressaltou que qualquer mudança estrutural ou nos métodos de trabalho deve ser conduzida com cautela e não pode comprometer a capacidade das entidades da ONU de cumprir os mandatos atribuídos pelos Estados-Membros.

A declaração enfatizou particularmente a importância da ONU Mulheres diante dos impactos desproporcionais dos conflitos, deslocamentos e crises humanitárias sobre mulheres e meninas. No contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, foram destacados os deslocamentos forçados, a violência sexual relacionada ao conflito e outras violações graves, mas também o protagonismo das mulheres nas Forças Armadas, nas instituições públicas, nas comunidades, na economia e nos esforços de recuperação do país. A Ucrânia informou ainda a adoção de seu terceiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, com vigência até 2030, e ressaltou os esforços para incorporar a igualdade de gênero nos processos de recuperação e reconstrução, além de garantir apoio, justiça e reparação às sobreviventes de violência sexual relacionada ao conflito. Nesse sentido, defendeu que as discussões sobre a UN80 não resultem em mudanças que reduzam a capacidade de resposta às consequências da guerra e aos desafios enfrentados por mulheres e meninas.

- **Bahrein**

O Bahrein reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das estruturas institucionais voltadas à promoção da mulher, destacando a atuação do Conselho Supremo para as Mulheres e seus esforços para consolidar as conquistas das mulheres e ampliar sua participação em posições de liderança e nos processos de tomada de decisão. No âmbito internacional, ressaltou a parceria com a *UN Women* por meio do Prêmio Princesa Sabeeka bint

Ibrahim Al Khalifa para o Empoderamento das Mulheres, cuja terceira edição, em 2026, registrou participação de 1.074 entidades de 47 países.

No contexto da iniciativa UN80, o país considerou o processo de reforma uma oportunidade para ampliar a eficiência, a efetividade e a integração do sistema das Nações Unidas, reduzir duplicidades e otimizar o uso de recursos. Defendeu, contudo, que as reformas sejam conduzidas de maneira gradual, fundamentada em evidências e com ampla consulta aos Estados-Membros, reconhecendo seu papel central na orientação e na tomada de decisões sobre o processo. O Bahrein também apoiou a análise de diferentes alternativas para ampliar a coordenação, a integração e a eficiência, desde que seja preservado o mandato, a expertise especializada, as capacidades e a continuidade das atividades da agência, considerando os efeitos de cada alternativa sobre os recursos, os resultados e o valor agregado da organização.

- **México**

O México reafirmou seu compromisso com a igualdade substantiva, a autonomia das mulheres e meninas e o reconhecimento de sua diversidade, articulando suas políticas públicas nacionais à sua política externa feminista. A manifestação destacou um cenário internacional marcado pela redução de recursos, retrocessos nos direitos das mulheres e meninas e impactos desproporcionais das crises sobre populações em situação de discriminação e exclusão, ressaltando que democracia, segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos não podem ser plenamente alcançados quando as mulheres e meninas são deixadas para trás.

Nesse contexto, o país defendeu o fortalecimento da ONU Mulheres e a preservação de sua capacidade de atuação e de seu mandato. Embora apoie a iniciativa ONU80 e o objetivo de tornar as Nações Unidas mais eficazes e eficientes, o México afirmou que, diante das informações disponíveis, não existem condições para apoiar uma possível fusão entre UNFPA e ONU Mulheres, especialmente em um contexto de crescente polarização em torno da igualdade de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos. O país defendeu o aprofundamento da coordenação entre as organizações, a racionalização de funções administrativas e a ampliação de serviços compartilhados, mas sem comprometer seus mandatos ou sua especialização. Por fim, ressaltou que qualquer reforma deve demonstrar claramente seus benefícios e implicações no nível nacional e ser orientada pela capacidade de ampliar o exercício pleno dos direitos por mulheres e meninas.

- **Japão**

O Japão reafirmou seu apoio aos objetivos e aos esforços em curso da iniciativa UN80, destacando sua posição como parceiro de longa data da *UN Women*. Em relação ao processo de reforma, o país valorizou os esforços da Secretaria da organização para manter os Estados-Membros informados e disponibilizar evidências e análises sobre a possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, bem como sobre opções alternativas. A manifestação ressaltou que uma reforma efetiva deve ser orientada por análises objetivas e baseadas em evidências, com avaliação cuidadosa dos benefícios e custos das diferentes alternativas em discussão.

O país enfatizou, ainda, que os mandatos originais de ambas as organizações devem ser integralmente preservados em qualquer opção considerada. A declaração também destacou o compromisso japonês com a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, reconhecendo o papel relevante da ONU Mulheres tanto em sua atuação na sede quanto na linha de frente e considerando a organização uma parceira importante para o avanço dessa

agenda. Como membro do Conselho Executivo, o Japão reafirmou sua disposição de continuar trabalhando conjuntamente com a ONU Mulheres para o fortalecimento de seu mandato.

- **França**

A França reafirmou seu pleno apoio ao mandato triplo da ONU Mulheres e destacou a importância de sua atuação na promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres e meninas. O país ressaltou que a proteção e a promoção desses direitos são fundamentais para a construção de sociedades justas, pacíficas, prósperas e sustentáveis, relacionando esse compromisso à adoção de uma política externa feminista e de um novo Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. Nesse contexto, destacou também o apoio financeiro à atuação da ONU Mulheres em campo, incluindo no Líbano, onde a organização contribui para a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança.

No âmbito da reforma do sistema das Nações Unidas, a França manifestou apoio à iniciativa UN80 e aos esforços de racionalização conduzidos pela ONU Mulheres, defendendo uma reforma capaz de ampliar a efetividade e a visibilidade da ação multilateral em favor da igualdade de gênero e da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Em relação à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, com mandatos considerados inalterados, a França avaliou que a iniciativa deve contribuir para esse objetivo, mas ressaltou que a decisão deve ser fundamentada em elementos objetivos e devidamente documentados, com análise rigorosa das implicações técnicas e financeiras dos diferentes cenários. Ao mesmo tempo, defendeu que algumas medidas de aproximação entre as duas agências podem ser implementadas desde já, com o objetivo de articular melhor seus trabalhos e ampliar suas sinergias, sem antecipar uma decisão definitiva sobre a fusão. Assim, a França combina apoio à dinâmica de reforma e à maior integração entre as organizações com a defesa de uma avaliação criteriosa dos diferentes cenários antes da decisão final pela Assembleia Geral.

- **Rússia**

A Federação Russa reconheceu os esforços da ONU Mulheres para apresentar informações sobre a proposta de fusão com o UNFPA e sobre as alternativas em discussão, mas considerou que permanecem questões relevantes sem resposta. Entre os pontos levantados, destacou dúvidas sobre o mandato e o alcance de uma eventual nova estrutura, a preservação da expertise específica da agência em igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o financiamento da reforma e a composição do eventual novo órgão de governança. O país ressaltou que essas questões não poderiam ser resolvidas durante o próprio processo de implementação, pois seriam fundamentais para que os Estados-Membros pudessem tomar uma decisão adequada.

Em relação às alternativas à fusão, também considerou insuficientes as informações disponíveis, destacando a necessidade de discussão e decisão em âmbito intergovernamental e de maior esclarecimento sobre os riscos, benefícios e formas de implementação das diferentes opções. A manifestação enfatizou que os Conselhos Executivos das organizações devem desempenhar papel central em qualquer processo de reforma e que propostas de ampliação de "sinergias" entre ONU Mulheres e UNFPA devem ser submetidas à negociação entre os Estados. Por fim, a Rússia defendeu um processo aberto e cuidadoso de discussão entre os Conselhos Executivos e os demais Estados interessados e afirmou que, até que essas questões sejam esclarecidas, não está preparada para apoiar nenhuma das opções de reforma apresentadas.

- **Canadá — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, apresentada em nome de Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Chile, República Democrática do Congo, Islândia, Países Baixos, Nova Zelândia, República da Coreia, Espanha, Suécia, Suíça e Uruguai, os países reafirmaram seu forte apoio à agenda de reforma do Secretário-Geral e aos objetivos da iniciativa UN80, especialmente no que se refere ao fortalecimento da efetividade, coerência, eficiência e impacto do sistema das Nações Unidas.

Após analisar as informações adicionais apresentadas pelo Secretário-Geral, pela ONU Mulheres e pelo UNFPA, incluindo a avaliação de alternativas à fusão, os países destacaram que os benefícios esperados da proposta de fusão não haviam sido suficientemente demonstrados em relação aos riscos associados e, portanto, declararam-se impossibilitados de apoiá-la na forma atualmente apresentada.

Ao mesmo tempo, reconheceram potencial nas alternativas identificadas pelas organizações, que poderiam fortalecer a coordenação, ampliar a eficiência e as sinergias, inclusive em áreas como o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, preservando a integridade dos mandatos específicos das agências, a responsabilização, a continuidade operacional e a prestação de serviços. Nesse sentido, incentivaram a ONU Mulheres e o UNFPA a avançarem na análise e implementação de medidas alternativas, incluindo aquelas voltadas ao fortalecimento da coordenação da governança e da atuação nos países, mantendo os Conselhos Executivos regularmente informados. A manifestação reforçou, por fim, que a reforma deve ser compreendida como um meio para fortalecer a capacidade das Nações Unidas de cumprir seus mandatos, e não como um objetivo em si, defendendo soluções práticas e baseadas em evidências que contribuam para um sistema mais forte, efetivo e coordenado, capaz de promover a igualdade de gênero e produzir resultados para todas as mulheres e meninas.

- **Estados Insulares do Pacífico — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, apresentada por Fiji em nome dos 12 Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico — Estados Federados da Micronésia, Kiribati, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Fiji — os países manifestaram apoio aos objetivos da iniciativa UN80 e à busca por um sistema das Nações Unidas mais eficiente, coerente e adequado às necessidades contemporâneas. A declaração destacou, contudo, as especificidades dos pequenos Estados insulares e a importância da continuidade institucional e da capacidade dedicada da ONU Mulheres na região.

Os países ressaltaram avanços na incorporação da igualdade de gênero às políticas nacionais de clima, incluindo a referência explícita ao gênero nas contribuições nacionalmente determinadas e a utilização de pesquisas sobre gênero e meio ambiente para produzir evidências sobre os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre mulheres e homens. Também destacaram o papel da ONU Mulheres na produção de dados desagregados por gênero, na coordenação dos compromissos de igualdade de gênero no sistema das Nações Unidas nos países e na articulação das organizações de mulheres do Pacífico com processos de formulação de políticas nacionais, regionais e globais.

Em relação à possível fusão entre UNFPA e ONU Mulheres e às alternativas de maior alinhamento e colaboração, os países defenderam que qualquer decisão seja orientada pelo impacto demonstrado sobre mulheres e meninas, e não apenas por considerações

institucionais, reconhecendo as implicações de ambas as alternativas para a igualdade de gênero e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos no nível nacional. Também defenderam a participação adequada dos países beneficiários nos debates antes de decisões estruturais e ressaltaram que reformas não podem substituir recursos essenciais adequados e previsíveis, devendo eventuais ganhos de eficiência ser reinvestidos na implementação nos países, especialmente nas regiões com menor disponibilidade de recursos.

- **Fiji**

Na manifestação em sua capacidade nacional, Fiji reforçou integralmente a declaração apresentada em nome dos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico, acrescentando uma posição específica sobre a reforma da ONU Mulheres. O país destacou que qualquer mudança deve fortalecer, e não enfraquecer, a capacidade de atuação em nível nacional, preservando o mandato normativo, de coordenação e operacional da organização, bem como sua liderança, responsabilização e capacidade de defesa autônoma dos direitos das mulheres e meninas.

Em relação aos dois caminhos atualmente em discussão — a fusão estrutural com o UNFPA ou o fortalecimento do alinhamento e da colaboração entre as organizações — Fiji declarou não assumir posição neste momento. Defendeu, contudo, que nenhuma das alternativas seja adotada antes que os países beneficiários tenham oportunidade efetiva de analisar as evidências e avaliar suas consequências para a implementação nos territórios. A partir de sua experiência como pequeno Estado insular atendido por um Escritório Multipaís, o país ressaltou que modelos de eficiência concebidos para grandes operações nacionais não necessariamente se aplicam a contextos insulares, sendo essencial preservar o apoio técnico e programático previsível nos países e a articulação com organizações de mulheres.

Fiji também reiterou a importância de recursos centrais previsíveis, adequados e flexíveis, especialmente para contextos subfinanciados como o Pacífico, defendendo que eventuais ganhos decorrentes da reforma sejam reinvestidos no fortalecimento da implementação em nível nacional, e não apenas utilizados para compensar déficits de financiamento da estrutura central.

- **Ruanda**

Ruanda reafirmou seu alinhamento à declaração apresentada em nome do Grupo Africano e reconheceu os esforços da ONU Mulheres e do UNFPA para ampliar as informações e análises sobre as alternativas em discussão no âmbito da iniciativa UN80. O país destacou que a avaliação de qualquer proposta de reforma deve considerar seus efeitos sobre os mandatos das duas organizações e, sobretudo, sua capacidade de atuação em nível nacional. Defendeu que as discussões sobre uma possível fusão não sejam dissociadas da agenda mais ampla de reforma da ONU, considerando também seus impactos sobre a presença nos países e regiões, o acesso à expertise e o financiamento. O país enfatizou o papel central dos Estados-Membros no processo e a necessidade de consultas regulares e de compartilhamento antecipado das informações para permitir sua adequada análise.

Em relação às alternativas à fusão, apoiou a continuidade da exploração de opções voltadas ao fortalecimento da atuação conjunta nos países e da colaboração operacional, enquanto novas evidências são produzidas para subsidiar eventual decisão sobre mudanças estruturais. O país também considerou pertinente examinar mecanismos de governança compartilhada, incluindo a possibilidade de um Conselho Executivo comum, desde que sejam

preservados os mandatos distintos, a expertise técnica e as responsabilidades operacionais de cada organização. Por fim, ressaltou que qualquer arranjo institucional deve ser avaliado a partir de sua capacidade de fortalecer a implementação, a responsividade e o impacto nos países beneficiários, e não apenas por seus efeitos sobre as estruturas institucionais.

- **Alemanha**

A Alemanha reafirmou a importância de uma arquitetura robusta das Nações Unidas para a igualdade de gênero, especialmente diante dos desafios crescentes aos direitos das mulheres e meninas, destacando a igualdade de gênero como um direito humano e condição para o desenvolvimento sustentável e a paz. O país reconheceu o papel central da ONU Mulheres na condução dessa agenda no sistema das Nações Unidas e defendeu a realização de reformas capazes de tornar a organização mais efetiva. Nesse contexto, manifestou apoio à exploração de alternativas para ampliar o alinhamento entre ONU Mulheres e UNFPA, destacando o potencial de um planejamento integrado em nível nacional para combinar capacidades de implementação e ampliar o impacto das ações.

Diferentemente de países que se posicionaram contrariamente à fusão neste momento, a Alemanha considerou que formas mais profundas de integração devem permanecer entre as possibilidades em análise, incluindo uma eventual recomendação futura do Conselho Executivo sobre a proposta de fusão. Ao mesmo tempo, ressaltou que qualquer modelo adotado deve preservar os mandatos das organizações e resultar em um sistema das Nações Unidas mais coerente e efetivo, com melhores resultados para mulheres e meninas nos países. Por fim, reafirmou seu compromisso com a incorporação da igualdade de gênero e do princípio de não deixar ninguém para trás na agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030.

- **Espanha**

A Espanha reafirmou seu apoio ao processo de reforma impulsionado pelo Secretário-Geral e à construção de uma ONU mais eficaz, coerente e integrada, especialmente em nível nacional. Ao mesmo tempo, defendeu que reformas estruturais sejam baseadas em evidências, demonstrem valor agregado e preservem e fortaleçam os mandatos atribuídos pelos Estados-Membros a cada organização. Em relação à possível fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA, o país foi explícito ao considerar que, nas circunstâncias atuais, não há justificativa suficiente para avançar com uma fusão institucional, diante das diferenças entre os mandatos, modelos operacionais e capacidades das entidades e dos riscos identificados sem demonstração de melhores resultados para mulheres e meninas.

Como alternativa, o país defendeu o aprofundamento da cooperação entre as duas organizações, com maior integração e colaboração em nível nacional, programação conjunta quando houver valor agregado, atuação articulada no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e na produção de dados relacionados ao ODS 5, além de interoperabilidade, serviços compartilhados e mecanismos de coordenação. Para o país, essa abordagem permite avançar nos objetivos de eficiência e integração da UN80 sem comprometer os mandatos específicos e as vantagens comparativas de cada entidade. A Espanha também ressaltou o papel central dos Estados-Membros e dos respectivos Conselhos Executivos, defendendo que qualquer futura alteração da arquitetura institucional seja sustentada por evidências e examinada pelos órgãos de governança competentes antes de eventual decisão da Assembleia Geral.

- **Reino Unido**

O Reino Unido reafirmou seu forte apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato, destacando a importância da organização em um contexto marcado por conflitos, crises humanitárias e redução do espaço cívico, que afetam desproporcionalmente mulheres e meninas. O país ressaltou seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero, a defesa dos direitos das mulheres, a participação e liderança feminina e o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e da violência sexual. No âmbito da iniciativa UN80, manifestou apoio à reforma do sistema das Nações Unidas como oportunidade para ampliar seu impacto e efetividade, destacando a necessidade de aprimorar a atuação em nível nacional, fortalecer as equipes de país e ampliar o uso de serviços compartilhados, tecnologia e dados.

Em relação às mudanças institucionais, o Reino Unido enfatizou que qualquer reforma deve preservar os mandatos conferidos pelos Estados-Membros às organizações e manifestou-se, juntamente com outros países, pela manutenção dos mandatos distintos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e de igualdade de gênero. Também ressaltou a necessidade de minimizar interrupções nas operações, mitigar riscos e proteger mecanismos de responsabilização, especialmente em contextos frágeis. Quanto à possibilidade de fusão, defendeu que qualquer decisão seja baseada em evidências robustas e transparência sobre os custos de transição, os ganhos de eficiência e as implicações para o financiamento futuro, garantindo aos Estados-Membros tempo e condições adequadas para analisar as evidências e influenciar as propostas. A posição britânica, portanto, combina forte apoio à reforma e à busca de maior eficiência sistêmica com uma defesa clara da preservação dos mandatos específicos e da avaliação rigorosa de qualquer proposta de fusão.

- **Países Baixos**

Os Países Baixos reafirmaram a importância do mandato triplo da ONU Mulheres — normativo, de coordenação e operacional — destacando seu papel na formulação de normas e padrões internacionais, na coordenação do sistema das Nações Unidas e na produção de resultados concretos nos países. Em um contexto de persistência das desigualdades de gênero e de crescente resistência aos direitos de mulheres e meninas, o país ressaltou a necessidade de garantir recursos previsíveis, flexíveis e sustentáveis para que a organização possa cumprir suas funções, manifestando apoio ao financiamento central, de qualidade e plurianual.

No âmbito da iniciativa UN80, os Países Baixos consideraram a reforma uma oportunidade para tornar o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas mais adequado aos desafios atuais e apoiaram a participação da ONU Mulheres nos diferentes processos de reforma, incluindo a reorganização das equipes de país, a reestruturação regional, o acesso sob demanda à expertise e a unificação de serviços. Em relação à possível fusão entre ONU MUlheres e UNFPA, o país afirmou que não há evidências suficientes de que uma fusão integral preservaria os mandatos distintos das organizações e, por isso, não está em condições de apoiá-la na forma apresentada. Ao mesmo tempo, reconheceu alternativas promissoras para ampliar a colaboração entre as duas entidades e melhorar os resultados para mulheres e meninas, valorizando a continuidade do diálogo entre os Estados-Membros e as organizações.

- **Nova Zelândia**

A Nova Zelândia reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato triplo, destacando a importância de sua liderança normativa, do fortalecimento dos sistemas nacionais, do apoio às organizações e movimentos de mulheres e das abordagens conduzidas localmente, especialmente em contextos frágeis e afetados por crises. O país ressaltou ainda a

relevância da atuação da organização no Pacífico, onde mulheres e meninas enfrentam desafios relacionados às mudanças climáticas, vulnerabilidade econômica, baixa representação política e violência baseada em gênero.

No âmbito da iniciativa UN80, a Nova Zelândia manifestou forte apoio à reforma do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, defendendo maior foco, eficiência e coordenação, sem que a igualdade de gênero seja deslocada da agenda do sistema. Em relação à possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, afirmou que não está convencida de que existam evidências suficientes de que os ganhos de eficiência superariam os riscos associados, além de considerar insuficientemente demonstrada a preservação dos mandatos distintos, das funções normativas e das vantagens comparativas das duas organizações. Por isso, apoiou a continuidade da análise de alternativas capazes de ampliar a coordenação, a eficiência e o impacto, preservando as características e os mandatos específicos de ambas. Por fim, destacou a importância do financiamento central para a manutenção da atuação normativa da ONU Mulheres e incentivou o apoio por meio de financiamento de qualidade.

Referência

United Nations. Journal of the United Nations: Executive Board of UN Women, second regular session 2026: statements [Internet]. New York: United Nations; 2026 Sep 9 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://journal.un.org/en/new-york/meeting/officials/05bd1aac-6d73-46d7-9980-8380fae374c9/2026-09-09/statements